A pesquisa em museus históricos: desafios e percursos metodológicos

MARIA APARECIDA DE MENEZES BORREGO*

Nesta comunicação pretende-se apresentar e discutir os percursos metodológicos trilhados para a realização da pesquisa em andamento no Museu Paulista da Universidade de São Paulo sobre o espaço doméstico e a cultura material em São Paulo colonial[1].

A partir de seus acervos, tenciona-se problematizar a formação das coleções e o histórico expositivo dos artefatos relacionados ao ambiente doméstico colonial e, no mesmo movimento, a dimensão material da sociedade paulista ao longo do século XVIII e inícios do XIX. Acredita-se assim ser possível, por meio do estudo da cultura material, avançar tanto no entendimento das conjunturas vivenciadas pela população residente em São Paulo naquele período, como na compreensão das trajetórias percorridas pelas peças guardadas na instituição.

O levantamento dos artefatos relativos ao ambiente doméstico realizado junto ao banco de dados e imagens do Serviço de Objetos do Museu Paulista contabilizou cerca de 120 peças, datadas do século XVIII e primeiras décadas do XIX, distribuídas entre as classes de mobiliário e acessórios; interiores; processamento da alimentação; veículos e transportes. São elas, portanto, os pontos de partida para o encaminhamento dos trabalhos.

Ainda que os desafios colocados para a abordagem das formas materiais do passado atualmente musealizadas sejam inúmeros, aqui serão comentados aqueles que dizem respeito a três ordens de problemas: a documentação tridimensional e a escrita da história nos museus; o diálogo crítico entre cultura material e fontes textuais; a capacidade performática e dialógica dos artefatos.

Para o desenvolvimento dos trabalhos numa instituição museológica histórica, são inestimáveis as contribuições de Ulpiano Bezerra de Meneses, Cecília Helena de Salles Oliveira e Regina Abreu.

---

* Pós-doutora – Museu Paulista-USP.

[1] Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na modalidade Auxílio à Pesquisa - Jovem Pesquisador, intitulada "Espaço doméstico e cultura material em São Paulo colonial a partir do estudo de acervos do Museu Paulista/USP" (2011-2014).

Segundo Meneses,

> "para analisar a cultura material, é preciso situá-la como suporte material físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução social. Conforme esse enquadramento, os artefatos – que constituem o principal contingente da cultura material – têm que ser considerados sob duplo aspecto: como produtos e como vetores de relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais" (MENESES, 1983: 112-113).

Tal concepção da cultura material como segmento do meio físico socialmente apropriado pelo homem rejeita a noção dos objetos como relíquias, fetiches - "significantes cujo significado lhes é imanente, dispensando demonstração" (MENESES, 1994: 19). Parte-se do pressuposto que o objeto não é intrínseca e atemporalmente histórico; a historicidade lhe é atribuída por um sujeito externo, ou seja, é a operação historiográfica - de ordem cognitiva e não ideológica - que transforma o objeto, como suporte de informação, em documento[2]. E para procedê-la, o historiador deve partir da formulação de uma problemática[3].

Se pesquisa se desenvolver num museu histórico, Meneses sugere uma problemática que possa ser montada com objetos tridimensionais e que necessariamente diga respeito a problemas históricos, ou seja, a problemas que se relacionem à dinâmica da vida das sociedades (MENESES, 1983: 17), uma vez que "os artefatos não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade" (MENESES, 2003: 28).

Além das análises sobre a conceituação de cultura material, o processo de transformação do objeto em documento histórico – eixo da musealização - e a dialética entre problemas e fontes, Ulpiano Bezerra de Meneses também refletiu em seus

---

[2] "É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há porque o museu deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica" (MENESES, 1994: 21).

[3] "É normal e legítimo que os projetos de investigação histórica surjam da descoberta ou reavaliação de fundos documentais ou coleções tipologicamente bem definidas e possam deles partir. No entanto, o próprio projeto de pesquisa deve estabelecer uma relação dialética permanente entre documentos e problemática histórica, mas ao cabo é esta última que deve predominar" (MENESES, 2003: 28).

trabalhos sobre o papel do museu como espaço para produção do conhecimento histórico.

Logo no início do texto "Do teatro da memória ao laboratório da história", ele indaga: "Quais as direções em que os museus históricos podem trazer uma contribuição específica – e por isso insubstituível – na produção do conhecimento histórico?" (MENESES, 1994: 10). A resposta encontra-se totalmente explicitada nas páginas finais, através das seguintes afirmações: "A diretriz de um museu histórico seria transformar-se num recurso para fazer história com objetos e ensinar como se faz história com objetos"; e mais à frente, "talvez o museu histórico já esteja maduro para fazer aquilo que só o museu pode fazer bem, com competência e por vocação (ainda não atualizada): explorar, não sínteses históricas sensoriais, mas a transformação dos objetos em documentos históricos" (MENESES, 1994: 40-41).

A partir de outros referenciais teóricos, mas igualmente preocupada com a escrita da história nos museus, Cecília Helena de Salles Oliveira aborda o papel do museu como espaço para a produção do conhecimento histórico. Na introdução do artigo "Museus de História: o desafio de ver com outros olhos", a historiadora lança a seguinte questão: "Em que medida os museus de História poderiam se transformar em lugares de reflexão sobre o ofício do historiador e a escrita da História?" (OLIVEIRA, 2009: 130). Tal questionamento emerge do debate acerca das articulações e descompassos entre o conhecimento científico produzido na academia e nos museus e, por outro lado, entre a representação do passado oferecida por eles e a demanda do público[4]. Na tentativa de dar conta das duas questões - entrelaçadas e não estanques – com as quais se defronta o historiador que atua na instituição museológica, Oliveira sugere que os especialistas explicitem os procedimentos adotados no arranjo e na disposição das peças para a "visualização" do passado na área expositiva, investindo na "educação pelo olhar" - expressão tomada de Alfredo Bosi.

Ao especificar para o público a metodologia empregada na montagem da exposição museológica - sendo ela própria o veículo da comunicação - os historiadores atuantes nos museus estariam colocando em discussão a maneira pela qual o conhecimento histórico foi e é produzido, tal qual fazem seus pares acadêmicos quando

[4] Sobre as tensões e controvérsias entre o conhecimento histórico produzido nos museus e o debate historiográfico contemporâneo, ver POULOT (2003).

buscam se distinguir do regime de historicidade moderno - o presentismo de que fala François Hartog[5].

Analisando os museus como espaços de configuração de escritas sobre e da história cujos suportes são prioritariamente visuais[6], Oliveira comenta que a explicitação dos métodos poderia se dar pelo privilegiamento dos trabalhos de percepção e atenção a serem desenvolvidos junto aos visitantes, defendendo que o olhar atento "apresenta-se, assim, como proposta enriquecedora para vencer a imediata exterioridade entre ver e conhecer, um convite para aprender a observar nos museus não apenas coisas belas ou "visões do passado", mas dimensões da vida humana nem sempre percebidas e imaginadas" (OLIVEIRA, 2009: 142-143)[7].

Para a análise da constituição de acervos em museus e da dimensão material de uma dada conformação social muito contribui o trabalho magistral de Regina Abreu sobre a coleção Calmon doada ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A antropóloga analisou o processo de doação de objetos pertencentes ao senador Miguel Calmon du Pin e Almeida por sua viúva, D. Alice da Porciúncula Calmon du Pin Almeida, em 1936, e percorreu seu histórico expositivo na instituição até os dias atuais.

Os questionamentos levantados pela autora merecem ser reproduzidos para que se tenha idéia de suas preocupações:

> "Estamos em 1935, e uma senhora após a morte do marido, resolve doar um conjunto de objetos a um museu. Quem é essa senhora? Quem é o marido dessa senhora? Para que museu os objetos são doados? Como se caracteriza esse museu? Qual a sua filosofia? Quem o dirige? Para que e para quem ele funciona? Quais os objetos escolhidos para serem doados? Como se processou essa escolha? Como esses objetos são incorporados pelo museu? Que lugar eles ocupam na hierarquia institucional? Quais os significados que eles encerram?" (ABREU: 1996, 28).

---

[5] "Isso representa questionar o estatuto dos documentos, as concepções e práticas de saber que fundamentaram a seleção e a sobrevivência das fontes e, principalmente o lugar ocupado pelo historiador na "teia" que envolve o movimento da história e a construção da memória, bem como as mediações entre acontecimentos, sua narração e suas interpretações posteriores" (OLIVEIRA, 2009:142). Ver ainda HARTOG, François. Regime de historicidade - Time, History and the writing of History: the order of time, disponível em www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/ hartog/hartog.html. Acesso em 27 out. 2010.

[6] Sobre a questão da visualidade nos museus ver OLIVEIRA (2010); GUIMARÃES (2007). Sobre a proposta de regimes de visualidade, ver MENESES (2005).

[7] A respeito do conhecimento mediado pelo olhar e do papel do historiador em decifrar os enigmas embutidos nos objetos, ver as reflexões propostas por Hartog sobre a relação da história com o nexo ver-saber. (HARTOG, 2005).

Ao respondê-los, Abreu acaba por abordar temas caros aos estudos de acervos museológicos.

Por meio da problematização do processo de doação da coleção, ela procurou desvendar as crenças, valores e visões de mundo que lhe são subjacentes, partindo do princípio de que o que está em jogo são as relações sociais[8]. Ao considerar que a coleção Calmon insinua a representação de um homem-semióforo e seus objetos semióforos[9], discutiu as relações entre o visível e o invisível na sociedade e nas exposições, a trajetória dos artefatos ao longo do tempo e os conceitos de tradição, nobreza e política a eles associados. Ao se deter nos objetivos que forjaram a criação do Museu Histórico Nacional e na gestão de Gustavo Barroso, Abreu analisou os percursos da constituição de acervos e as articulações entre a construção da memória de um indivíduo e a história contada no museu por meio de suas aquisições materiais. Por fim, refletiu sobre a maneira pela qual a fabricação do imortal explicita os mecanismos utilizados para transformar os museus em lugares de memória[10].

No encerramento da obra, Abreu comentou sobre a desmontagem sofrida pela coleção Calmon – antes indivisa - que, atualmente, tem alguns de seus móveis expostos numa sala que pretende recriar o cotidiano do século XVIII, organizada em função da data de fabricação dos artefatos. Segundo a autora, a fragmentação do conjunto compromete a compreensão do uso social que as elites efetivamente faziam de objetos coloniais durante a Primeira República, mesclando estilos de várias épocas – uma das dimensões pretendidas em seu trabalho (ABREU, 1996: 210-212).

Tal crítica nos serve de alerta para a necessidade de se levar em conta os usos precedentes dos artefatos que compõem os acervos museológicos e, de forma mais abrangente, analisar os contextos sociais de origem, a fim de conferir inteligibilidade às

---

[8] Acerca dos múltiplos interesses sociais e políticos em jogo no processo de musealização dos artefatos, consultar as considerações de Poulot sobre a relação entre a constituição de acervos e a representação e legitimação de grupos sociais. (POULOT, 2003). Ainda sobre o papel dos museus como uma instância do mercado de bens simbólicos, ver BOURDIEU (1987).

[9] Segundo Krzysztof Pomian, semióforos são objetos que não têm utilidade, ou seja, "não podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente, (...) mas que representam o invisível, *são dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura" (POMIAN, 1986: 71).

[10] Sobre os lugares da memória nas sociedades modernas ver NORA (1984).

peças dispersas em várias coleções, na reserva técnica e na área expositiva da instituição.

Tanto sobre os usos precedentes dos artefatos e os usos sociais nos contextos de origem, como sobre a utilização de fontes de natureza diversa para os estudos de cultura material são de grande valia os trabalhos de Paulo César Garcez Marins e Vânia Carneiro de Carvalho que se debruçaram sobre o espaço doméstico paulista nos oitocentos e inícios do XX.

Para entender os motivos que levaram os proprietários das casas com janelas de rótulas na cidade de São Paulo a manter o artefato desafiando as normas que proibiam o uso do elemento arquitetônico, Marins procurou identificá-los nas fotografias em que as residências foram retratadas e em memórias e crônicas da cidade e, a partir desse primeiro reconhecimento, saiu em busca de documentação que guardasse informações pessoais sobre os indivíduos. Ao entrar em contato com os bens arrolados em seus inventários e, em especial com os móveis que compunham os interiores domésticos, Marins pôde avaliar a condição financeira de cada um e formular hipóteses consistentes sobre as múltiplas razões de permanência das rótulas.

A grande contribuição de tal trabalho é mostrar, com base na própria materialidade do objeto, que ele expressava e, mais do que isso, conformava formas de sociabilidades típicas da formação paulista naquele contexto, no caso servindo de elo de comunicação e não de segregação entre as pessoas. Mas não só. Ao perseguir os moradores resistentes, o historiador evidenciou como é fundamental conhecer o proprietário do artefato para se analisar seus usos precedentes e sociais numa dada realidade e precisar as relações sociais por eles mediadas (MARINS, 1999)[11].

O emprego de múltiplas fontes por Paulo Marins nos encaminha para o diálogo crítico entre cultura material e fontes textuais, expressão tomada de Vânia Carvalho, ou ao que Marcelo Rede chamou de arranjo equilibrado de fontes.

Na pesquisa sobre o sistema doméstico e cultura material, a fim de contornar os impasses encontrados na documentação tridimensional depositada no Museu da Casa Brasileira e no Museu Paulista, Carvalho recorreu a manuais de aconselhamento, revistas femininas, artigos e catálogos do Mappin, literatura de viajantes e de ficção,

[11] Sobre a trajetória dos objetos e as pessoas por eles articuladas, ver o interessante e esclarecedor artigo de PUPO (1982).

além das fontes iconográficas para "contextualizar o artefato isolado e definir um quadro geral de premissas no âmbito das quais eles foram abordados" (CARVALHO, 2008: 29)[12]. Já, na discussão sobre o objeto como documento, Rede afirmou que "uma solução consistente ao problema da inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento histórico não poderá partir, no entanto, da defesa de sua superioridade ou da exclusão dos documentos escritos. Ao contrário, tem-se apontado para uma perspectiva de combinação que excede à simples sobreposição de informações provenientes dos dois campos de análise e induz à sua interação mútua e controle recíproco" (REDE, 1996: 227).

Também Ulpiano Bezerra de Meneses defende que a cultura material pode ser uma plataforma privilegiada de observação de determinada sociedade, mas assevera que as fontes não podem ficar reduzidas aos objetos tridimensionais, sob pena de uma aproximação a priori mutilada da realidade e empobrecimento da análise, uma vez que o adjetivo material na expressão cultura material não diz respeito à natureza da fonte, mas à dimensão da cultura[13].

Nos prefácios escritos para dois livros que procuram analisar aspectos materiais da vida doméstica de agrupamentos sociais em contextos distintos[14], Meneses reforça

---

[12] Segundo a historiadora, "no caso do Museu Paulista, as coleções foram tradicionalmente constituídas segundo um enfoque historiográfico que privilegiou o objeto de exceção, frequentemente associado a um personagem de relevo, cumprindo, portanto, funções celebrativas em vez de documentais. É de pouco mais de uma década o esforço de reverter esse quadro crônico por meio da pesquisa e do enriquecimento de catálogos lacônicos ou imprecisos, quando existentes. Perfis como esses dificultam a contextualização dos objetos nos ambientes da casa" (CARVALHO, 2008: 27).

[13] Atentando para o controle recíproco das fontes proposto por Rede, não se deve assegurar que as informações coletadas em documentos de natureza diversa sempre se complementem. A esse respeito, Meneses comenta sobre "a inadequação de uma expectativa assídua, em que se imagina que as fontes devam forçosamente convergir para um mesmo ponto de fuga, embora diferencialmente. Tal expectativa corresponde a uma visão imprópria do funcionamento da sociedade e da cultura, em que se eliminou o conflito e a incoerência e, portanto, a possibilidade da presença de práticas e representações desencontradas" (MENESES, 2005: 43).

[14] Lançando mão do cruzamento de dados presentes em inventários, processos criminais e listas nominativas de população, Cláudia Martinez focalizou a riqueza e os artefatos do cotidiano – mobiliário, utensílios domésticos, vestimentas, acessórios, jóias - dos moradores de uma pequena localidade mineira na segunda metade do século XIX (MARTINEZ, 2007). Já para compreender o impacto que a introdução do gás e da eletricidade trouxe ao espaço da cozinha, alterando não só as relações espaciais internas da casa, mas também as formas de inserção no espaço urbano paulistano no início do século XX, em face da carência de fogões e outros equipamentos de cozinha elétricos ou a gás remanescentes, João Luiz Máximo da Silva explorou intensivamente relatórios de diretoria das empresas concessionárias de gás e eletricidade, catálogos, relatórios técnicos, notícias de jornal, anúncios em revistas ilustradas, manuais de educação, legislação e normas, registros de memorialistas (SILVA, 2008).

este ponto de vista metodológico. Segundo ele, a escassez significativa de objetos subsistentes enfrentada pelos autores não significou um entrave para as pesquisas de cultura material,

> "antes de mais nada porque, ao contrário do entendimento ainda muito comum entre nossos historiadores, os estudos de cultura material não se caracterizam nem pelo uso determinante de fontes materiais, nem como preocupação exclusiva com artefatos e, eventualmente, seu contexto, como se fossem um segmento à parte da vida social – mas pela análise da dimensão material de qualquer instância ou tempo da vida social. É por isso que tais estudos, longe de constituírem um domínio próprio, autônomo, podem estar presentes nos diversos campos da História. Daí a insuficiência de se trabalhar apenas ou preponderantemente com documentação material" (MENESES, 2007:14).

A consulta a inventários, por exemplo, é imprescindível tanto para a análise dos usos precedentes dos artefatos musealizados como para o estudo do contexto histórico de origem dos objetos. Ademais, as informações relativas aos atributos físicos, às funções utilitárias, aos usos sociais dos objetos e seu papel mediador na sociedade local favorecem o enquadramento dos artefatos como produtos e vetores de relações sociais e conferem inteligibilidade aos exemplares guardados nos museus.

Ainda segundo Ulpiano Bezerra de Meneses,

> "uma das vantagens que o inventário assegura é fornecer elementos para tratar não de coisas isoladas, mas de conjunto – o que os avizinha, na medida do possível, de sistemas, sem os quais um simples rol de artefatos se revelaria muito limitado, incapaz de produzir as inúmeras inferências que só os sistemas permitem: não apenas as diversas categorias, suas quantidades, mas também a qualidade são atributos que enriquecem as conexões e os subconjuntos que podem ser identificados. Além disso, esses conjuntos de bens arrolados situam-se num ponto de inflexão no circuito da vida social do artefato: aquele em que ele sai de um uso cotidiano e costumeiro para relançar-se num novo ciclo. Daí o caráter de "estado de coisas", de síntese, de balanço, de avaliação, que caracteriza os inventários *post-mortem*"(MENESES, 2007: 15)[15].

Se não há dúvidas de que as informações sobre a dimensão material de um agrupamento social de outrora, guardadas na documentação textual – especialmente nos inventários -, ajudam a contextualizar o objeto isolado no museu, por outro lado, a sua própria sobrevivência obriga-nos a analisar a materialidade que lhe corporifica, refletindo sobre a capacidade performática e dialógica dos artefatos em tempos

[15] Sobre o uso de inventários para compreensão da dimensão material da sociedade colonial, ver, entre outros, FARIA (1993), AUGUSTO (2007), SCARATO (2009).

passados. Esta perspectiva analítica inovadora e próspera já vem sendo trabalhada por um conjunto restrito de historiadores estrangeiros debruçados sobre objetos – em sua maioria, do ambiente doméstico - dispostos em exposições museológicas, mas ainda entre nós não encontrou o espaço merecido.

Em artigo dedicado ao estudo da recepção dos artefatos na Inglaterra, durante os séculos XVII e XVIII, contemplando os obstáculos enfrentados e a radical reelaboração sofrida por alguns produtos, John Styles abordou a relação entre os indivíduos e os objetos. Partindo de três estudos de caso – a introdução das camisas de algodão, dos bules de chá e das embalagens rotuladas –, procurou demonstrar a importância de se avaliar os atributos físicos dos objetos para se explorar questões ligadas à identidade e diferenciação dos produtos.

A partir de suas análises comentou que o grande problema, principalmente entre os historiadores sociais e econômicos do consumo do século XVIII britânico, é a pouca consideração dada à materialidade dos objetos que se propõem a estudar. Segundo ele, como os estudos se reduzem a contar os bens que aparecem em inventários, embora ajudem a mapear a difusão de novos produtos, deixam de lado a materialidade dos objetos reais e com ela nossa habilidade para compreender como os artefatos agiam fisicamente sobre aqueles que lidavam com eles (STYLES, 2000).

Com tais considerações, acabou por iluminar uma corrente fecunda de trabalhos voltada à dimensão material das dinâmicas sociais que está centrada sobre a mencionada capacidade performática e dialógica dos objetos (HELLMAN, 1999; GOODMAN, 2003; SARGENTSON, 2006; GOODMAN & NORBERG, 2007). Neste campo, merecem destaque os estudos de tais autoras que focalizam a interação mutuamente definida de objeto e corpos, e as formas pelas quais a *persona* da elite social foi produzida através das dinâmicas formais e significados culturais do uso do mobiliário no contexto doméstico francês do Antigo Regime.

Ao discorrer sobre as múltiplas possibilidades de abordagem da cultura material tanto nas representações textuais dos objetos como na sua própria materialidade, Leora Auslander igualmente comenta que os objetos, na sua capacidade comunicativa, performática, emotiva e expressiva, agem, têm efeito no mundo (AUSLANDER, 2005).

Sobre tal perspectiva, sem fazer menção aos historiadores citados, Ulpiano Bezerra de Meneses comenta que

> "as vertentes mais férteis e inovadoras nos estudos recentes de cultura material têm procurado ir além das meras preocupações funcionais e semióticas, para, ao contrário, buscar definir a capacidade, presente nos artefatos, de agir, de produzir efeitos: os artefatos também nos moldam; não apenas nos expressam, mas, igualmente, de formas e em graus variados, nos constituem" (MENESES, 2008: 12)[16].

Esta reflexão, registrada em 2008, reforça outra que figurava em texto de 2005, de que "as coisas, imersas na vida social e suas contingências, (...) participam da instituição das pessoas sociais, elas nos inventam" (MENESES, 2005: 52). Ambas as colocações são extremamente significativas nos escritos do historiador, pois revelam a incorporação de um novo elemento-chave para a definição do papel do artefato, principal contingente da cultura material. Agora ele não é mais tomado apenas como produto e vetor das relações sociais, mas também como produtor de seres sociais[17].

Alicerçada nos trabalhos de Jean-Pierre Warnier e Richard Sennett, Vânia Carneiro de Carvalho procurou compreender a apropriação da territorialidade doméstica mediante a integração corporal com os objetos. Para explicar como se dava a mobilização das qualidades ergonométricas de determinados objetos da casa, analisou as pessoas e os artefatos em um contexto performático, captados em momentos de ação, como descrever, olhar, transmutar, comer. Ao comentar o movimento de sentar-se, por exemplo, mostrou como tal atitude, no século XVIII instava o corpo para práticas de sociabilidade, condicionando a maneira de estabelecer o contato com outras pessoas (CARNEIRO, 2008: 211)[18]. Sob esta perspectiva, o artefato deixou de ser visto apenas como veículo de qualificação social para assumir o papel instituidor e mediador das relações pessoais no próprio momento da ação, no sentido proposto por Ulpiano Bezerra de Meneses.

De certa maneira, apesar de não se remeter a nenhum dos referenciais teóricos mencionados, Paulo Marins também apresenta o artefato como instituidor de seres

---

[16] As correntes a que o autor faz menção são capitaneadas na Inglaterra por Daniel Miller e na França por Jean-Pierre Warnier e Bruno Latour.

[17] Em suas próprias palavras, "O artefato, desse modo, é, ao mesmo tempo, produto e vetor das relações sociais que seus fabricantes e usuários estabelecem em sociedade e, ainda, produtor de seres sociais" (MENESES, 2008: 12-13).

[18] Sobre as referências teóricas mencionadas ver WARNIER (1999); SENNETT (1999).

sociais, na medida em que, na sua visão, as rótulas instauravam, conformavam, – e não apenas expressavam – as formas de sociabilidades paulistanas oitocentistas, daí sua persistência por tão longo período.

Tais considerações contundentes, a meu ver, indicam um momento de inflexão nos estudos sobre cultura material, que precisa ser debatido entre nós, principalmente no âmbito dos museus, onde os acervos primam pelos documentos tridimensionais.

Ainda que a atual pesquisa que desenvolvo esteja relacionada ao espaço doméstico colonial, acredito que os desafios teórico-metodológicos expostos se colocam para grande parte dos historiadores que realizam trabalhos em instituições museológicas, daí colocar em discussão os caminhos trilhados na tentativa de compartilhar e debater os meios para enfrentá-los.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/ Rocco, 1996.

AUGUSTO, Isabel. *Entre o ter e o querer*: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830). Campinas: IFCH, 2007 (dissertação de mestrado).

AUSLANDER, Leora. Beyond words. *American Historical Review*. Oct. 2005, pp. 1015-1045.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARVALHO, Vânia. *Gênero e artefato*: sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. Fontes Textuais e Vida Material: observações sobre as casas de moradia nos Campos dos Goitacases, Séculos XVIII e XIX. *Anais do Museu Paulista*. N. ser., v. 1, 1993, p. 107-129.

GOODMAN, Dena. Furnishing discourses: readings of a writing desk in eighteenth-century France. In BERG, Maxine; EGER, Elizabeth. *Luxury in the eighteenth century*: debates, desires and delectable goods. Houndmills, Balsingstoke, Hampshire: Palgrave, 2003, pp.71-83.

GOODMAN, Dena; NORBERG, Kathryn (orgs.). *Furnishing the eighteenth century*: what furniture can tell us about European and American past. New York: Routledge, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. ser., v. 15, n. 2, 2007, pp. 11-30.

HARTOG, François. *Évidence de l'histoire*. Ce que voient les historiens. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2005, pp.135-152.

HARTOG, François. Regime de historicidade - Time, History and the writing of History: the order of time, disponível em www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/ hartog/hartog.html. Acesso em 27 out. 2010.

HELLMAN, Mimi. Furniture, sociability, and the work of leisure in eighteenth-century France. *Eighteenth-century Studies*. Vol. 32, n. 4, 1999, p. 415-445.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII-XX. São Paulo: FFLCH-USP, 1999, v.1 (tese de doutorado).

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*. São Paulo, n. 115, 1983, p. 103-117.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. ser., jan./dez. 1994, p. 9-42.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes textuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Rumo a uma História Visual. MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia Caiuby. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bragança Paulista: EDUSC, 2005, pp. 33-56.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Apresentação. In MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão*: vida material e população no século XIX, Bonfim de Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Prefácio. In CARVALHO, Vânia. *Gênero e artefato*: sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2008.

NORA, Pierre. *Les lieux de memoire I*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Escrita da história e política: contribuição para os estudos dos suportes textuais e visuais da memória do império projetada no Museu Paulista da USP. *Revista de História*, edição especial (2010), pp. 147-164.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. ser. v.10/11, 2002-3, pp. 105-126.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museus de história: o desafio de ver com outros olhos. In PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos*: diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In *Enciclopédia Einaudi*. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, 1986.

POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. In BITTENCOURT, José Neves, BENCHETRIT, Sarah Fassa, TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *A história representada*: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, pp. 25-62.

PUPO, Celso Maria de Mello. As cadeiras do ouvidor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 78, 1982, pp. 121-158.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 4, jan./dez. 1996, p. 265-282.

SARGENTSON, Carolyn. Inside the interior: furniture and its inner spaces in eighteenth-century France. In ANSLEY, Jeremy; GRANT, Charlotte (eds.). *Imagined interiors: representing the domestic interior since the Renaissance*. London: New York: V & A Publications, 2006, pp. 130-1.

SCARATO, Luciane. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais*: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783). Campinas: IFCH, 2009 (dissertação de mestrado).

SENNETT, Richard. *Carne e pedra:* o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, João Luiz Máximo. *Cozinha modelo*: o impacto do gás e da eletricidade. São Paulo: Edusp, 2008.

STYLES, John. Product Innovation in Early modern London. *Past and Present*, n. 168, 2000, p. 124-169.

WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle*. L'homme qui pensait avec ses droits. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.